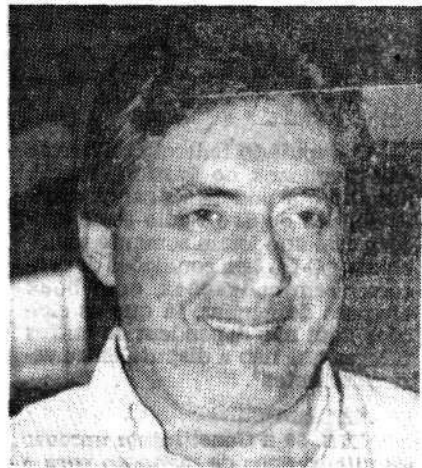


Afif alerta para marginalização



Alfredo Rizzutti — 17/11/86

Afif Domingos

ARLETE SALVADOR
Enviada especial

O conjunto de medidas aprovado esta semana pela Constituinte, dentro dos direitos do trabalhador, vai aumentar a participação da economia informal no processo produtivo do País, deixando milhões de pessoas à margem dos novos benefícios. A previsão é do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), para quem a futura Constituição favorecerá apenas funcionários das estatais, de algumas multinacionais e de empresas "beneficiárias dos gastos públicos graças aos subsídios".

Segundo o deputado, as medidas foram apresentadas com a justificativa de que têm a melhor das intenções, jogando todo o ônus no custo das empresas. "Nesse proces-

so, as mais prejudicadas serão as pequenas e as microempresas que, não podendo arcar com essas responsabilidades financeiras, passarão a integrar a economia informal". Assim, acredita Afif, grande parte da massa trabalhadora continuará à margem dos benefícios incluídos na Constituição. "Hoje, 53% da população, economicamente, está alocada no setor informal. Trata-se de um universo de 28 milhões de pessoas", afirma, acrescentando que esse número pode aumentar com os novos encargos.

O resultado, conforme o parlamentar, é que em vez de ampliá-las, a Constituinte está reduzindo as garantias dos trabalhadores. Entre os poucos setores da economia que serão favoráveis, acredita o deputado, estão as empresas beneficiárias dos gastos públicos, como ele as chama.

"Elas não têm compromisso com o mercado, só com a reserva de mercado", ironizou.

Para o presidente nacional do PT, deputado Olívio Dutra, entretanto, a realidade não é tão drástica como afirma Afif Domingos. Segundo ele, o resultado dessa semana foi um "meio-termo". Mesmo assim, acredita, já é uma conquista positiva: "Não houve avanços significativos, mas garantimos que não houvesse retrocesso". Para Olívio Dutra, optou-se pelo tradicional "jeitinho brasileiro" no caso da estabilidade, que acabou substituída pela indenização. "Ficou uma solução ambígua, que dependerá de futuras interpretações ao ser preparada a legislação ordinária", garante. O presidente do PT ressalta que, apesar da composição ideológica da

Constituinte, foi possível evitar muitas propostas retrógradas, o que, por si só, segundo ele, representa um avanço. "Estamos limpando o terreno para por o País em ordem", disse ele.

Já o entusiasmo de Roberto Freire (PCB-PE) é maior ainda: "Os resultados das votações têm sido altamente positivos". Na sua opinião, a nova Constituição expressa uma sociedade democrática e bastante avançada. Para ele, essas conquistas são resultado da união das esquerdas e parcela do PMDB sob a liderança do senador Mário Covas. "Nós também levamos vantagem sobre o Centrão, porque tínhamos um texto básico, o da sistematização", explicou. O Centrão, a seu ver, não tinha uma peça única para servir de orientação e acabou dividido numa série de questões.